

Respostas aos Recursos LEGISLAÇÃO E ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ENSINO SUPERIOR

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
Questão 16	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A alternativa correta é, de fato, a letra (C). Vamos aos conceitos:</p> <p>Administração Pública -refere-se ao conjunto de órgãos, entidades e agentes do Estado que desempenham funções administrativas para atender às necessidades da sociedade. A descrição mais adequada na Coluna II para este termo é "É a gestão dos recursos e políticas públicas, realizada por órgãos e entidades estatais, com o objetivo de atender aos interesses coletivos e garantir o bem-estar da população", o que corresponde ao conceito de gestão dos recursos e políticas.</p> <p>Gestão Pública - refere-se ao processo de planejamento, organização, direção e controle das atividades da Administração Pública, visando alcançar os objetivos e metas estabelecidos. A descrição correspondente na Coluna II é "Refere-se ao processo de planejamento, organização, direção e controle das atividades da Administração Pública, visando alcançar os objetivos e metas estabelecidos".</p> <p>Serviço Público - são as atividades prestadas pelo Estado ou por suas entidades, com o objetivo de atender às necessidades da sociedade, como saúde, educação, segurança, entre outros. A descrição que melhor se ajusta a esse conceito na Coluna II é "São as atividades prestadas pelo Estado ou por suas entidades, com o objetivo de atender às necessidades da sociedade, como saúde, educação, segurança, entre outros".</p> <p>Princípios da Administração Pública - são os valores que devem orientar a atuação dos gestores públicos, como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e</p>	DEFERIDO	C

	<p>eficiência. Esses princípios são essenciais para garantir uma administração ética e eficiente. A descrição na Coluna II que se ajusta é "São os valores que devem orientar a atuação dos gestores públicos, como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência".</p> <p>Dessa forma, relacionando cada item da Coluna I com a descrição correta na Coluna II, obtemos a sequência: 4 - 2 - 1 - 3, que corresponde à alternativa (C). As outras alternativas não correspondem corretamente aos conceitos listados.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO.</p>		
Questão 17	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A alternativa correta é a letra (B), princípio da legalidade, e não as demais alternativas, por motivos específicos relacionados à natureza e definição desse princípio dentro do contexto da Administração Pública.</p> <p>Princípio da Legalidade - este princípio estabelece que a Administração Pública só pode fazer o que está expressamente autorizado em lei e nada mais. Portanto, a Administração não pode, por meio de um simples ato administrativo, conceder direitos, criar obrigações ou impor vedações aos administrados sem que haja previsão legal para tal. É o princípio que mais claramente impede ações arbitrárias por parte do Estado, assegurando que todos os atos administrativos estejam subordinados à lei. Assim, é o princípio da legalidade que restringe a atuação do administrador público, vinculando suas ações e decisões ao que é estritamente determinado por lei.</p> <p>As outras alternativas não são corretas por estas razões:</p> <p>(A) Princípio da Impessoalidade - embora importante, este princípio foca mais na objetividade do ato administrativo, garantindo que ações e decisões sejam tomadas sem favoritismos ou discriminação. Ele assegura que o administrador público atue sem personalismo e que os méritos da administração sejam atribuídos não às pessoas, mas ao ente público.</p>	INDEFERIDO	

	<p>(C) Princípio da Moralidade - este princípio implica que a Administração Pública deve agir com probidade e boa-fé, respeitando os padrões éticos de razoabilidade e justiça. Embora a moralidade possa ser um impeditivo para ações injustas, ela não se relaciona diretamente com a limitação de criar direitos ou obrigações por ato administrativo sem respaldo legal.</p> <p>(D) Princípio da Eficiência - foca na busca pela máxima produtividade e qualidade nos serviços públicos, visando o melhor desempenho possível da Administração. Não se relaciona diretamente com a proibição de conceder direitos ou impor obrigações sem base legal.</p> <p>(E) Princípio da Publicidade - esse princípio assegura que os atos da Administração Pública sejam públicos, salvo aqueles que exigem sigilo conforme definido em lei. Embora seja crucial para a transparência, ele não é o princípio que impede a criação de direitos ou obrigações sem lei.</p> <p>Portanto, o princípio da legalidade (B) é a alternativa correta porque especificamente limita a capacidade da Administração Pública de agir sem suporte legal explícito.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
Questão 18	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A alternativa correta é a letra (D) "poder ter seu âmbito de incidência reduzido".</p> <p>A relatividade dos direitos fundamentais refere-se ao princípio de que esses direitos não são absolutos, mas podem ser limitados ou restringidos em determinadas situações, conforme previsão legal e respeito ao núcleo essencial. Essas restrições são impostas geralmente para proteger outros direitos igualmente importantes ou para atender ao interesse público, sempre sob rigoroso controle jurisdicional para evitar abusos.</p> <p>Alternativa (D) - Poder ter seu âmbito de incidência reduzido. Essa opção é correta porque reflete precisamente a natureza relativa dos direitos fundamentais. Ela indica que o alcance de um direito fundamental pode ser limitado, por exemplo,</p>	INDEFERIDO	

	<p>quando há necessidade de equilibrar este direito com outros direitos ou interesses públicos relevantes. Essas restrições são admitidas desde que não atinjam o essencial do direito e sejam proporcionais ao objetivo que se pretende alcançar.</p> <p>Sobre as demais alternativas:</p> <p>(A) Poder ser dividido - os direitos fundamentais não são "dividíveis" no sentido de serem fragmentados em partes que podem ser separadamente exercidas de forma independente; eles são tratados como um todo coerente.</p> <p>(B) Poder ser desrespeitado, em casos previstos em lei - as formulação desta opção é inadequada porque sugere que o desrespeito aos direitos fundamentais é permitido por lei, o que contradiz a natureza desses direitos. A lei pode permitir restrições, mas não o desrespeito puro e simples.</p> <p>(C) Poder ser alienado - os direitos fundamentais, por sua natureza essencial e pessoal, não são passíveis de alienação. Eles são inerentes à pessoa e não podem ser transferidos ou renunciados.</p> <p>(E) Poder ser prescrito - os direitos fundamentais não estão sujeitos a prescrição, pois não se extinguem com o passar do tempo. A prescrição geralmente se aplica a direitos patrimoniais, não a direitos fundamentais.</p> <p>Portanto, a alternativa (D) é a correta porque reflete adequadamente o princípio da relatividade dos direitos fundamentais, permitindo que seu âmbito de incidência seja reduzido sob condições estritamente reguladas e justificadas.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
--	---	--	--